

CURSOS DE ARRAIS AMADOR E MOTONAUTA



**RUA VENCESLAU BRAZ, Nº 1-81, CENTRO,
PRESIDENTE EPITÁCIO - SP**

Tel.: (18) 3281-4731 / 99759-3179

Site: www.aflumar.com.br

Email: aflumar@hotmail.com

CURSO DE ARRAIS AMADOR

R-LESTA

Regulamento da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário



DECRETO Nº 2596, DE 18 DE MAIO DE 1998.

R-LESTA (Regulamento da LESTA)

Regulamenta a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.

CAPITULO I DO PESSOAL

Art. 1º Os aquaviários constituem os seguintes grupos:

I - 1º Grupo - Marítimos: tripulantes que operam embarcações classificadas para a navegação em mar aberto, apoio marítimo, apoio portuário e para a navegação interior nos canais, lagoas, baías, angras, enseadas e áreas marítimas consideradas abrigadas;

II - 2º Grupo - Fluviários: tripulantes que operam embarcações classificadas para a navegação interior nos lagos, rios e de apoio portuário fluvial;

III - 3º Grupo - Pescadores: tripulantes que exercem atividades a bordo de embarcações de pesca;

Art. 2º Os Amadores constituem um único grupo
com as seguintes categorias:

Capitão-Amador	CPA
Mestre-Amador	MSA
Arrais-Amador	ARA
Motonauta	MTA
Veleiro	VLA

CAPÍTULO II DA NAVEGAÇÃO E EMBARCAÇÕES

Art. 3º A navegação, para efeito deste Regulamento, é classificada como mar aberto e interior, conforme abaixo descrita:

I - Mar aberto: a realizada em águas marítimas consideradas desabrigadas, podendo ser de:

a) longo curso: a realizada entre portos brasileiros e estrangeiros;

b) cabotagem: a realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores;

c) apoio marítimo: a realizada para o apoio logístico a embarcações e instalações em águas territoriais nacionais e na Zona Econômica Exclusiva;

II - Interior: a realizada em hidrovias interiores, assim considerados rios, lagos, canais, lagoas, baías, angras, enseadas e áreas marítimas consideradas abrigadas.

Capítulo IV
Das Infrações e Penalidades
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 7º Constitui infração às regras do tráfego aquaviário a inobservância de qualquer preceito deste Regulamento, de normas complementares emitidas pela autoridade marítima e de ato ou resolução internacional ratificado pelo Brasil, sendo o infrator sujeito às penalidades indicadas em cada artigo.

§ 1º É da competência do representante da autoridade marítima a prerrogativa de estabelecer **o valor da multa e o período de suspensão do Certificado de Habilitação**, respeitados os limites estipulados neste Regulamento.

§ 2º As infrações, para efeito de multa, estão classificadas em grupos, sendo que seus valores estabelecidos são os seguintes:

GRUPOS

MULTA

A	de R\$ 40,00 a R\$ 200,00
B	de R\$ 40,00 a R\$ 400,00
C	de R\$ 40,00 a R\$ 800,00
D	de R\$ 40,00 a R\$ 1.600,00
E	de R\$ 40,00 a R\$ 2.200,00
F	de R\$ 80,00 a R\$ 2.800,00
G	de R\$ 80,00 a R\$ 3.200,00

§ 3º Para efeito deste Regulamento **o autor material da infração poderá ser:**

I - o tripulante;

II - o proprietário, armador ou preposto da embarcação;

III - a pessoa física ou jurídica que construir ou alterar as características da embarcação;

IV - o construtor ou proprietário de obra sob, sobre ou às margens das águas;

Art. 8º A penalidade de suspensão do Certificado de Habilitação, estabelecida para as infrações previstas neste capítulo, somente poderá ser aplicada **ao aquaviário ou amador embarcado** e ao prático.

Art. 9º A infração e seu autor material serão constatados:

- I - no momento em que for praticada a infração;
- II - mediante apuração;
- III - por inquérito administrativo.

Art. 10. A reincidência, para efeito de gradação das penalidades deste Regulamento, **é a repetição da prática da mesma infração em um período igual ou inferior a doze meses.**

Parágrafo único. A reincidência implicará, em caso de pena de multa ou suspensão do Certificado de Habilitação, se o próprio artigo que a impuser não estabelecer outro procedimento, na multiplicação da penalidade por dois, três e assim sucessivamente, conforme as repetições na prática da infração.

Das Infrações Imputáveis aos Autores Materiais e das Penalidades

Art. 11. Conduzir embarcação ou contratar tripulante sem habilitação para operá-la:

Penalidade: multa do grupo E (de R\$ 40,00 a R\$ 2.200,00).

Art. 12. Infrações relativas à documentação de habilitação ou ao controle de saúde:

I - não possuir a documentação relativa à habilitação ou ao controle de saúde:

Penalidade: multa do grupo D (de R\$ 40,00 a R\$ 1.600,00);

II - não portar a documentação relativa à habilitação ou ao controle de saúde:

Penalidade: multa do grupo B (de R\$ 40,00 a R\$ 400,00) ou suspensão do Certificado de Habilitação até sessenta dias;

III - portar a documentação relativa à habilitação ou ao controle de saúde desatualizada:

Penalidade: multa do grupo A (de R\$ 40,00 a R\$ 200,00) ou suspensão do Certificado de Habilitação até trinta dias.

Art. 15. Infrações relativas à dotação de itens e equipamentos de bordo:

I - apresentar-se sem a dotação regulamentar:

Penalidade: multa do grupo D (de R\$ 40,00 a R\$ 1.600,00) ou suspensão do Certificado de Habilitação até sessenta dias;

III - apresentar-se com item ou equipamento da dotação inoperante, em mau estado ou com prazo de validade vencido:

Penalidade: multa do grupo C (de R\$ 40,00 a R\$ 800,00) ou suspensão do Certificado de Habilitação até trinta dias.

Art.16. Infrações relativas ao registro e inscrição das embarcações:

I - deixar de inscrever ou de registrar a embarcação:

Penalidade: multa do grupo D (de R\$ 40,00 a R\$ 1.600,00);

II - não portar documento de registro ou de inscrição da embarcação:

Penalidade: multa do grupo C (de R\$ 40,00 a R\$ 800,00) ou suspensão do Certificado de Habilitação até trinta dias.

Art. 17. Infrações relativas à identificação visual da embarcação e demais marcações no casco:

III - deixar de marcar no casco o nome da embarcação e o porto de inscrição:

Penalidade: multa do grupo C (de R\$ 40,00 a R\$ 800,00) ou suspensão do Certificado de Habilitação até trinta dias;

Art. 22. Infrações referentes às normas de transporte:

I - transportar excesso de carga ou apresentar-se com as linhas de carga ou marcas de borda livre submersas:

Penalidade: multa do grupo G (de R\$ 80,00 a R\$ 3.200,00) ou suspensão do Certificado de Habilitação até sessenta dias;

II - transportar excesso de passageiros ou exceder a lotação autorizada:

Penalidade: multa do grupo G (de R\$ 80,00 a R\$ 3.200,00) ou suspensão do Certificado de Habilitação até sessenta dias;

Art. 23. Infrações às normas de tráfego:

I - conduzir embarcação em estado de embriaguez ou após uso de substância entorpecente ou tóxica, quando não constituir crime previsto em lei:

Penalidade: suspensão do Certificado de Habilitação até cento e vinte dias. A reincidência sujeitará o infrator à pena de cancelamento do Certificado de Habilitação;

II - trafegar em área reservada a banhistas ou exclusiva para determinado tipo de embarcação:

Penalidade: multa do grupo D (de R\$ 40,00 a R\$ 1.600,00) ou suspensão do Certificado de Habilitação até sessenta dias;

V - causar danos a sinais náuticos:

Penalidade: multa do grupo D (de R\$ 40,00 a R\$ 1.600,00) ou suspensão do Certificado de Habilitação até sessenta dias;

VI - descumprir as regras regionais sobre tráfego, estabelecidas pelo representante local da autoridade marítima:

Penalidade: multa do grupo D (de R\$ 40,00 a R\$ 1.600,00) ou suspensão do Certificado de Habilitação até sessenta dias;

VII - velocidade superior à permitida:

Penalidade: multa do grupo C (de R\$ 40,00 a R\$ 800,00) ou suspensão do Certificado de Habilitação até trinta dias;

Art. 26. Infração às normas relativas à execução de obra sob, sobre ou às margens das águas:

Penalidade: multa do grupo E (de R\$ 40,00 a R\$ 2.200,00), e demolição da obra, caso esta impeça, venha a impedir ou afete a segurança da navegação no local.

Capítulo V

Das Medidas Administrativas

Art. 29. As medidas administrativas serão aplicadas pelo representante da autoridade marítima, por meio de comunicação formal, ao autor material.

Capítulo VI

Das Disposições Finais

Art. 31. — Os casos omissos ou não previstos neste regulamento serão resolvidos pela autoridade marítima.

MUITO OBRIGADO

CONTATOS

E-mail: aflumar@hotmail.com

Site: www.aflumar.com.br

Telefone: (18) 3281-4731

Celular: (18) 99759-3179